



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO MORENOPREV

30/08/2021

Convocados pela Diretoria Executiva do MorenoPrev para reunião, no dia 30 de agosto de 2021 às 10h00, foram convidados o atuário que acompanha mensalmente o MorenoPrev, os conselheiros do Conselho Deliberativo e Fiscal para discutir a Reforma da Previdência. Após a primeira chamada, estavam presentes, da Diretoria Executiva do MorenoPrev: Elisangela Trindade, Diretora Presidente e Demétrius Malafaia, Superintendente de Gestão Administrativa e Previdenciária. Do Conselho Deliberativo, estavam presentes Evane de Freitas Couto, Jefferson Ferreira Santos da Silva, Josineide Oliveira de Santana e Lea Vieira Medeiros. Do Conselho Fiscal, estavam presentes Sofia Mayumi Fukushima Gomes, e Iris Gabrielle de Sena Santos. Estavam também presentes Hallan Nogueira, presidente do SISEMO, e Thamires Freire, presidente do conselho fiscal do biênio 2019/2020. O atuário Jorge Tiago Cruz também compareceu. A reunião foi iniciada pela Diretora Presidente, que deu as boas vindas aos conselheiros e apresentou o atuário para aqueles que não o conheciam. Passou então a palavra para o atuário, que realizou uma apresentação abordando conceitos como a estruturação da previdência no âmbito nacional, equilíbrio atuarial e as principais mudanças com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019. Houve, em seguida, uma discussão sobre o fim do pagamento dos auxílios que eram custeados pelo RPPS e a conselheira Josineide fez perguntas a respeito do auxílio-reclusão. Passado esse ponto, as fontes de custeio entraram em discussão, especificamente em relação à compensação previdenciária, sugerido pelo atuário como uma boa forma de reduzir o déficit. Hallan questionou se era possível a recuperação dos recursos pagos ao INSS enquanto o servidor ainda estava na ativa e Demétrius lhe respondeu que não, pois um dos documentos solicitados pelo sistema é a portaria de aposentadoria. Foi perguntado o que era realizado com os recursos da compensação, e Demétrius explicou que tais valores podem ser utilizados para o pagamento da folha dos servidores aposentados e pensionistas, sendo vedada sua utilização para outro fim. Os montantes estão aplicados em renda fixa de acordo com a política de investimentos e servem para dar segurança ao MorenoPrev de conseguir custear a folha mensal em caso de não repasse do aporte. Sofia perguntou se existia alguma possibilidade de direcionar os repasses previdenciários do INSS dos servidores contratados para o MorenoPrev, entretanto o atuário esclareceu não ser possível por se tratar de dois regimes previdenciários distintos. A realização do concurso foi discutida em seguida, e o atuário apontou ser uma alternativa positiva, contanto que feito com um estudo embasado previamente. Demétrius apontou que em conversas com a Prefeitura, lhe foi informado que o município está impossibilitado de realizar concursos em virtude do limite de despesa de pessoal, e que no momento aquela opção estava suspensa. Sofia então questionou se seria possível a criação de novas fontes de receitas para o MorenoPrev, como os créditos de carbono. Tiago então respondeu que era uma boa ideia, mas que precisaria passar pelo crivo da Procuradoria para que fosse analisada a legalidade e constitucionalidade. Sofia então pediu a Demétrius que organizasse uma reunião com os conselhos, a procuradoria, a secretaria de administração e secretaria da fazenda. Foram discutidas possibilidades como vinculações de receitas de Zona Azul e doação de imóveis para amortização do déficit. Josineide questionou o atuário sobre



como o cálculo atuarial funcionava quanto ao parâmetro escolhido da taxa de juros, e Tiago lhe esclareceu que os parâmetros são definidos pelo governo federal, e a depender da situação econômica pode haver uma interferência nos juros e consequentemente no déficit atuarial. Em seguida, sugeriu que nos próximos anos fosse realizado um evento público para apresentar a todos os servidores a avaliação atuarial. Josineide então perguntou o porquê de na avaliação separar os professores das demais categorias, e Tiago apontou que por ser uma fatia expressiva da quantidade de servidores no Município, por ter uma média salarial superior e possuir regras de aposentadorias diferenciadas, seria preciso tão separação. Informou, ainda, que há entes estudando regras e alíquotas diferenciadas para os professores, segregando-os dos demais no quesito previdenciário. Posteriormente, foi discutida a necessidade de estruturação da junta médica, pois, conforme explicou Demétrius, fará uma análise mais complexa para determinar a readaptação ou concessão de benefício por incapacidade permanente para todos os trabalhadores efetivos do Município. Sofia e Josineide, então, solicitaram que fossem enviadas as folhas do MorenoPrev para verificação dos valores pagos e repasses. Encerrada a reunião às 12h30, a presente ata foi lavrada pelo Superintendente de Gestão Administrativa e Previdenciária.